

E tudo acaba em choque

HÉLIO MATTAR

Volta-se a falar em choque. Vem à memória, de imediato, o tratamento aplicado a doentes considerados loucos, visando trazê-los de volta à normalidade.



Se válida a associação, a sociedade brasileira estaria louca. Em cinco anos foram aplicados seis choques, alguns deles, como o Plano Collor I, de intensidade tão forte que o deonte ficou catatônico por mais de três meses.

Curiosamente, a aplicação do choque é sempre legitimada pela percepção de que o doente é considerado um rebelde. O doente não obedece às ordens do psiquiatra, que continua insistindo até perder a paciência e dar o choque.

Que loucura acomete a sociedade brasileira? Todos parecem falar sozinhos, como os loucos tantas vezes o fazem. Não há um mínimo de unidade na visão sobre causas e tratamentos para os problemas econômicos. Todos falam e muito poucos ouvem. Não se faz política, isto é, não há uma busca articulada de decisões coletivas.

Esse falar sem ouvir significa uma impossibilidade de negociação entre as partes, e o choque termina sendo a própria prova dessa incapacidade de negociar. Negociar o quê? Uma perspectiva.

O médico aplica o choque, porque não vê perspectiva de cura com o tratamento convencional. Mesmo que nem todos os tratamentos tenham sido tentados. No entanto, o tratamento da loucura, por uma psiquiatria conseqüente, envolve um processo analítico no qual ouvir é mais importante do que falar e no qual se buscam condições em que o próprio paciente se cure e o psiquiatra atue como indutor e orientador dos processos internos do paciente.

A ausência de perspectiva para a economia é, em si, uma perspectiva má, que leva a atitudes defensivas. É preciso "negociar o futuro" e seguir em direção a ele. Para tanto, é necessária uma ação de persuasão por parte do governo em relação à

sociedade civil, de modo que esta se convença sobre as mudanças necessárias e altere seu comportamento nesta direção.

A força bruta de um choque, na melhor das hipóteses, fará somente ampliar a angústia e a perplexidade da sociedade. Apenas os sintomas estarão tratados, sem que se tenha um acordo mínimo sobre as causas dos problemas. Como tornar viável uma perspectiva negociada?

Em primeiro lugar, ela deve ser mínima, isto é, voltada a itens essenciais e focada no curto prazo. O essencial neste momento: preços e salários. Metas negociadas para inflação futura, conjugadas a regras para os setores que exijam exceções, ao lado de um amplo programa de comunicação, poderiam ser o primeiro passo para a cura.

Negociação de metas para inflação não significa prefixação, mas sim estabelecimento de uma perspectiva mutuamente acertada. Regras de exceção dariam, via câmaras setoriais, o espaço para elucidar problemas e buscar soluções, com alguns setores ficando acima das metas negociadas para a inflação. E o programa de comunicação envolveria a sociedade no esforço, divulgando as metas e revelando, com transparência, os que estão fazendo sua parte e os que não estão. Com o envolvimento da mídia de massa e dos líderes de opinião, de forma significativa, haveria o impulso necessário para que o esforço resultasse em mobilização.

É óbvio que esse esforço não basta. Precisa-se de reformas estruturais extensas para sustentar um novo caminho. Mas reformas estruturais exigem tempo para execução. E o tempo parece cada vez mais curto.

Deve-se evitar que esta crônica de uma morte anunciada resulte em uma morte anunciada crônica. É preciso anunciar perspectivas e não unicamente a catástrofe. Urgente. Ou morremos na praia com um lindo projeto nas mãos.

□ *Hélio Mattar, PhD em administração industrial pela Stanford University (EUA), é coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).*